

Trabalhadores não docentes das escolas

## Greve dias 21 e 22 de março

O **SINTAP** – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Entidades Com Fins Públicos, **considera importante a participação dos trabalhadores não docentes das escolas na Greve de 21 e 22 março de 2019**, com base no Pré-Aviso emitido pela **FESAP** – Federação de Sindicatos da Administração pública e de Entidades com Fins Públicos.

A **FESAP** convocou esta Greve:

- **porque a precariedade e insuficiência continuam a ser características que se associam às escolas** quando se fala em trabalhadores não docentes;
- **porque as necessidades permanentes das escolas continuam a ser asseguradas pelo recurso a trabalhadores sem vínculo e a tempo parcial**, para os quais não se vislumbra qualquer expectativa de vinculação. Mesmo os trabalhadores que têm acumulado contratações sucessivas não veem assegurados o direito à entrada nos quadros;
- **porque não se tem verificado, da parte do Ministério da Educação, a assunção clara das suas responsabilidades em relação a estes trabalhadores**. E mesmo a forma como tem assegurado a contratação, a título precário, de trabalhadores não docentes, continua a traduzir-se numa insuficiência destes trabalhadores que marca negativamente a generalidade das escolas portuguesas;
- **e porque foram muitas as circunstâncias em que se alertou para a necessidade de se adotarem procedimentos concretos que constituíssem resposta para a insuficiência, para a precariedade e para a falta de reconhecimento que estão associadas a estes trabalhadores**.

Com esta Greve, pretende-se que:

- **o Ministério da Educação e o Governo iniciem rapidamente a negociação com as organizações sindicais com vista ao restabelecimento das carreiras especiais dos trabalhadores não docentes;**
- **o Governo reconheça que tem de haver em 2019 uma valorização salarial para a Administração Pública** que tenha particularmente em atenção as remunerações mais baixas, de forma a mitigar os efeitos negativos da ausência de acréscimos salariais desde há mais de dez anos e ainda dos justos aumentos, sem a perda dos créditos para progressão;
- **os milhares de trabalhadores não docentes que têm servido dedicadamente as escolas, mas precariamente, sejam integrados nos quadros do Ministério da Educação;**
- **as escolas estejam dotadas, com estabilidade, do número de trabalhadores não docentes essenciais ao seu regular funcionamento;**
- a portaria de rácios seja revista;
- exista formação profissional adequada.

**Sindicaliza-te!**

**O SINTAP defende os teus direitos!**

Lisboa, 12 de março de 2019